

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1º QUADRIMESTRE DE 2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CÂMARA MUNICIPAL DE PENEDO-ALAGOAS

EM 12 DE AGOSTO DE 2026

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e vinte seis, realizou-se, às 15hs00mins, no Plenário da Câmara Municipal de Penedo-AL, a Audiência Pública da Secretaria Municipal de Saúde para a prestação de contas do 1º quadrimestre de 2026, correspondente aos meses de janeiro a abril. A reunião teve como fundamento o artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/2021, que determina a apresentação periódica das ações, dos serviços e da aplicação dos recursos da saúde. O Presidente da Câmara Municipal, Manoel Messias Lima (Messias da Filó), abriu os trabalhos convidando os presentes para a oração do Pai-Nosso e, em seguida, chamou a Secretária Municipal de Saúde, Waninna Mendonça, para conduzir a apresentação. A secretária cumprimentou os vereadores, o Presidente da Câmara Municipal, os servidores, a equipe técnica da secretaria e o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Humberto de Oliveira. Ela agradeceu a recepção da Casa Legislativa e destacou que a presença dos técnicos, dos vereadores, do Conselho e da população era essencial para garantir transparência e controle social. Waninna explicou que a audiência tinha como objetivos apresentar: as ações realizadas pela secretaria; os serviços oferecidos à população; os resultados alcançados; a execução dos programas de saúde; a aplicação dos recursos públicos; os principais desafios enfrentados pela gestão. Entre as ações destacadas estavam a reforma e modernização da UPA, o fortalecimento da atenção básica, a instalação de kits de telessaúde, a ampliação do Tele Nordeste e a distribuição de equipamentos e equipamentos de proteção individual para as unidades básicas de saúde. Também foram mencionados os programas Visão para Todos, Cegonha Penedense, Mais Movimento, Expresso Saúde, Expresso Sorriso e Penedo Cuida. A secretária ressaltou ainda a necessidade de ampliar o atendimento às pessoas com transtorno do espectro autista. Segundo ela, a Secretaria iniciou um levantamento de crianças e adolescentes com TEA para identificar a demanda existente, organizar os usuários e planejar a oferta de serviços especializados. Na apresentação das ações, Waninna também mencionou atividades de prevenção realizadas em eventos e festejos, com distribuição de preservativos, repelentes e protetor solar.

iniciativas de saúde mental, saúde da mulher, vacinação, prevenção de doenças, saúde bucal e atendimento à população LGBTQIA+. Relatou melhorias na UPA, capacitação de profissionais para aplicação de métodos contraceptivos e ações voltadas à vacinação infantil. A secretária informou que o programa Visão para Todos atendeu mais de 1.200 (mil e duzentas) crianças e identificou aproximadamente 150 (cento e cinquenta) que necessitavam de óculos. Também citou o acompanhamento de gestantes, o pré-natal, a prevenção da gravidez na adolescência, a telemedicina e as atividades físicas. O programa de exercícios contava com mais de 600 (seiscentos) participantes, entre crianças, adultos e idosos, contribuindo tanto para a saúde física quanto para a saúde mental. Em seguida, foi apresentado dados técnicos pela senhora Joelma Ricardo - Superintendente de Planejamento e Gestão - , iniciou a apresentação dos dados técnicos e administrativos. Ela explicou que as informações seguiam a legislação vigente e apresentou dados territoriais e populacionais do município. Penedo-AL possuía população estimada em 60.185 (sessenta mil, cento e oitenta e cinco) habitantes, sendo 31.322 (trinta e um mil, trezentas e vinte e duas) mulheres e 28.863 (vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e três) homens. O município integra a 6ª Região de Saúde e exerce função de polo regional juntamente com outros 8 (oito) municípios. No primeiro quadrimestre foram registrados 255 (duzentos e cinquenta e cinco) nascidos vivos de mães residentes em Penedo-AL, 135 (cento e trinta e cinco) óbitos de residentes, 395 (trezentos e noventa e cinco) notificações compulsórias, 61.579 (sessenta e um mil, quinhentos e setenta e nove) atendimentos individuais na atenção primária; 10.126 (dez mil, cento e vinte e seis) atendimentos odontológicos, mais de 107.000 (cento e sete mil) procedimentos individualizados, 11.299 (onze mil, duzentos e noventa e nove) registros de vacinação e 254.286 (duzentas e cinquenta e quatro mil, duzentas e oitenta e seis) visitas domiciliares e territoriais. Joelma esclareceu que as visitas eram contabilizadas por pessoa atendida, e não necessariamente pelo número de domicílios visitados. Entre as principais causas de internação estavam gravidez, parto e puerpério, lesões e outras causas externas, doenças do aparelho digestivo, neoplasias e doenças do aparelho geniturinário. Entre as causas de óbito, predominaram as doenças do aparelho circulatório. Nas notificações compulsórias, destacaram-se atendimentos antirrábicos, acidentes com animais peçonhentos, dengue e intoxicações exógenas. Também foram apresentados dados da odontologia especializada, do laboratório municipal, do CAP's, da UPA e do SAMU. A UPA realizou 21.008 (vinte e um mil e oito) atendimentos, enquanto o SAMU registrou 401 (quatrocentas e uma) ocorrências, incluindo casos clínicos, traumas, atendimentos psiquiátricos, ocorrências obstétricas, óbitos e transferências. Na sequência, foi apresentado os dados de regulação e produção apresentados pelo senhor Ronaldo Santos Silva - Superintendente de Regulação,

Controle, Avaliação e Auditoria -, que apresentou informações sobre a organização dos atendimentos, a regulação dos serviços e o acompanhamento da produção de saúde. A produção ambulatorial alcançou aproximadamente 443 (quatrocentos e quarenta e três) mil procedimentos; abrangendo consultas, exames, procedimentos clínicos, diagnósticos, cirurgias, órteses, próteses e Tratamento Fora do Domicílio. Também foram realizados 1.269 (mil duzentos e sessenta e nove) procedimentos hospitalares, sendo 515 (quinhentos e quinze) internações clínicas e 754 (setecentos e cinquenta e quatro) cirúrgicas. Ronaldo explicou que os números ainda poderiam sofrer alterações devido a reapresentações, glosas e ajustes nos sistemas, especialmente em razão da transição do Cartão SUS para o CPF. Informou ainda que os repasses aos prestadores de serviços chegaram a aproximadamente R\$ 9.975.000,00 (nove milhões, novecentos e setenta e cinco mil), incluindo valores destinados à Santa Casa de Misericórdia de Penedo-AL e à Centro de Reabilitação e Equoterapia Santa Clara – CRESC. No consórcio de consultas, exames e cirurgias, foram realizados 1.378 (um mil, trezentos e setenta e oito) procedimentos. A confirmação prévia dos agendamentos contribuiu para reduzir o absenteísmo de aproximadamente 60% (sessenta por cento) para cerca de 20% (vinte por cento), permitindo melhor aproveitamento das vagas oferecidas à população. Ronaldo informou também que não foram realizadas auditorias durante o período analisado. Em seguida, foi convidado o senhor Ângelo Mendes - Diretor de Assistência Farmacêutica -, que apresentou os dados relativos ao fornecimento de medicamentos, suplementos, fraldas e demais insumos. Ele informou que a parceria com o IGPS movimentou aproximadamente R\$ 4.937.000,00 (quatro milhões, novecentos e trinta e sete mil reais) no quadrimestre, abrangendo ações da atenção primária, urgência e emergência, atenção especializada, oferta de óculos e apoio administrativo. Conforme explicado, os pagamentos foram realizados com recursos próprios do município. Um dos pontos de preocupação foi o aumento da demanda por fraldas. O número de usuários atendidos passou de 165 (cento e sessenta e cinco) para 337 (trezentas e trinta e sete) pessoas, gerando custo estimado de aproximadamente R\$ 317.000,00 (trezentos e dezessete mil reais) por mês. Ângelo também relatou dificuldades na aquisição de medicamentos por meio do CONISUL. Foram mencionados atrasos, atas vencidas, cancelamentos e falta de saldo. Por causa desses problemas, as compras realizadas no quadrimestre somaram aproximadamente R\$ 776.000,00 (setecentos e setenta e seis mil reais), abaixo do valor normalmente adquirido, que variava entre R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) e R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Diante da dificuldade de abastecimento, o município precisou realizar compras emergenciais de medicamentos e insumos, como sertralina, fitas de glicemia, pregabalina e soro fisiológico. Também foi explicado que valores pagos

antecipadamente ao consórcio por produtos não entregues são devolvidos ao município no exercício seguinte, embora permaneçam indisponíveis para utilização durante o ano do pagamento. Em seguida, novamente a senhora Joelma Ricardo retomou a apresentação para explicar os dados financeiros e orçamentários da Secretaria. As receitas do período somaram aproximadamente R\$ 28.688.000,00 (vinte oito milhões, seiscentos oitenta e oito reais), compostas por cerca de R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) em receitas correntes e aproximadamente R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) em transferências da Prefeitura Municipal. Não foram registradas receitas de capital no quadrimestre. As despesas pagas alcançaram aproximadamente R\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais), gerando inicialmente um déficit de cerca de R\$ 5.843.000,00 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e três reais). Posteriormente, foi esclarecido que parte dessa diferença foi coberta por créditos suplementares provenientes de superávit financeiro de exercícios anteriores. Após os ajustes contábeis, o resultado orçamentário foi considerado positivo, com superávit estimado em aproximadamente R\$ 727.000,00 (setecentos e vinte e sete mil reais). A execução financeira por blocos de financiamento totalizou cerca de R\$ 37.194.000,00 (trinta e sete milhões, cento e noventa e quatro mil reais) em despesas, com destaque para a atenção especializada, as transferências municipais e a atenção primária. A aplicação das receitas vinculadas em saúde alcançou 26,28% (vinte e seis vírgula vinte e oito por centos), percentual superior ao mínimo constitucional de 15% (quinze por cento). Na sequência, foi convidado o senhor Igor Alexsander, contador da Tavares Contabilidade, explicou a diferença entre receitas arrecadadas, despesas pagas, créditos suplementares e resultado final da execução. Segundo ele, o déficit inicialmente identificado não representava, por si só, irregularidade, pois havia recursos de exercícios anteriores utilizados por meio de créditos suplementares. Após os ajustes, o resultado apresentado foi considerado positivo. Sua intervenção teve por objetivo esclarecer a diferença entre as receitas arrecadadas, as despesas pagas, os créditos suplementares e o resultado final da execução orçamentária. O Contador explicou que o déficit inicialmente identificado não significava, necessariamente, irregularidade, pois havia recursos provenientes de exercícios anteriores utilizados por meio de créditos suplementares. Após os ajustes contábeis, o resultado apresentado foi considerado positivo, com superávit estimado em aproximadamente R\$ 727.000,00 (setecentos e vinte e sete mil reais). Também foi explicado que o superávit financeiro corresponde a recursos de exercícios anteriores que permanecem disponíveis para utilização no exercício seguinte, mediante os procedimentos orçamentários e contábeis aplicáveis. A gestão ressaltou que a execução dos recursos deve observar planejamento, responsabilidade fiscal e definição adequada de prioridades. Em seguida, o Presidente Manoel Messias Lima intermediou as falas dos vereadores.

iniciando pelo Vereador Antônio Lira da Silva Neto, que destacou a importância da prestação de contas e da fiscalização dos recursos públicos. Seus questionamentos concentraram-se nas necessidades concretas da população; especialmente na existência de filas e demanda reprimida por atendimentos especializados, as dificuldades enfrentadas por crianças e adolescentes que precisam de tratamento, a necessidade de diagnóstico e acompanhamento das pessoas com autismo, os problemas de transporte dos pacientes, as dificuldades dos moradores da Zona Rural para chegar às unidades de saúde. O vereador defendeu que o município faça um levantamento atualizado dos pacientes e das necessidades existentes, para que sejam definidas políticas públicas específicas. Também ressaltou que os serviços não devem ficar concentrados apenas na sede do município, sendo necessário facilitar o acesso das comunidades rurais. Em resposta, a gestora reconheceu que a distância entre a Zona Rural e os serviços de saúde é um problema relevante. Foi explicado que o transporte deve observar critérios de prioridade, especialmente para idosos, gestantes e pessoas sem condições de locomoção, e que o tema precisa ser discutido de forma integrada entre a saúde, a assistência social e outras secretarias. Na sequência, a Vereadora Andresa Santos Lima Mendes enfatizou a necessidade de ampliar a atenção às pessoas com deficiência e às famílias que precisam de acompanhamento contínuo. Ela destacou a necessidade de ampliar os serviços especializados, a importância de garantir profissionais suficientes, a melhoria da articulação entre o município e as instituições que já prestam atendimento, a necessidade de políticas públicas para crianças e adolescentes, a preocupação com a qualidade e a continuidade do atendimento. A Vereadora Andresa Santos Lima Mendes ressaltou que o crescimento da demanda por serviços destinados às pessoas autistas exige levantamento atualizado, planejamento e definição de estratégias permanentes. Sua participação reforçou que não basta identificar os usuários, é necessário organizar uma rede capaz de oferecer acompanhamento regular às famílias. Ela informou que apresentou um Projeto de Lei para criar ou fortalecer um espaço destinado às crianças e às famílias. Segundo a vereadora, a proposta prevê uma equipe multiprofissional e a possibilidade de parceria com faculdade e profissionais que possam oferecer atendimento gratuito. O Projeto já havia sido aprovado pela Câmara Municipal, mas ainda aguardava o retorno do Poder Executivo. Em seguida, foi a vez da Vereadora Raquel Maria Tavares, que esclareceu inicialmente que é socia fundadora do Centro de Reabilitação e Equoterapia Santa Clara - ACRESC, instituição mencionada durante a apresentação e respondeu que a entidade pertence a todos que necessitam de tratamento. Informou que a clínica atende mais de 350 (trezentas e cinquenta) pessoas autistas e explicou que a instituição mantém diálogo com a Secretaria Municipal de Saúde, o Ministério Público e o Poder Judiciário, para

Pavane

discutir a participação do município no atendimento. A Vereadora Raquel Maria Tavares também comunicou que a instituição havia recebido um novo transporte e que pretendia começar a buscar pacientes dos Povoados Palmeira Alta e Imbira, facilitando o deslocamento para os tratamentos. Ao mesmo tempo, reconheceu que a clínica não tem condições de atender todas as pessoas autistas da região, embora esteja aberta para receber a população dentro de sua capacidade. A vereadora ainda falou sobre a equoterapia que a instituição ficou muitos meses sem receber recursos do Estado e que cerca de 200 (duzentas) pessoas ficaram fora do programa. Disse ainda que muitas mães sofrem com a interrupção do tratamento e destacou, com base em sua experiência familiar, que a equoterapia contribui bastante para a evolução das crianças. A vereadora ainda criticou a insuficiência das campanhas de conscientização sobre mamografia. Segundo ela, muitas mulheres deixam de realizar o exame por falta de informação. Por fim, a vereadora fez um questionamento para a Secretária Municipal de Saúde, perguntando se uma gestante residente em Penedo-AL, mas que realiza o pré-natal em outro município por causa de uma gestação de alto risco, poderia receber a vacina em unidades de Penedo-AL. Em resposta, a secretária esclareceu que a vacinação possui caráter universal. Assim, gestantes e demais cidadãos podem ser vacinados em qualquer município, observados os procedimentos necessários. Também foi informado que, mesmo sem o cartão físico, o histórico vacinal pode ser consultado no sistema nacional de informações. Em seguida, o Vereador Rodrigo Regueira Peixoto Silva tratou do acesso da população aos serviços de saúde, especialmente quanto ao deslocamento dos pacientes e à organização da rede de atendimento. Ele defendeu o fortalecimento das ações descentralizadas, a ampliação dos serviços nos povoados, a integração da saúde com outras políticas públicas, a melhoria do transporte dos usuários, a criação de alternativas para atender moradores que vivem longe da sede. Em resposta, a secretária informou que programas como Expresso Saúde, Expresso Sorriso e Penedo Cuida já contribuem para levar atendimentos, medicamentos e fraldas aos povoados e às pessoas domiciliadas. Essas iniciativas foram apresentadas como estratégias para aproximar os serviços da população rural e reduzir a necessidade de deslocamentos frequentes. Na sequência, o Vereador Wesley Marques de Oliveira (Léo Marque), destacou a importância de garantir atendimento digno, contínuo e acessível à população. Sua fala acompanhou as principais preocupações apresentadas durante a audiência, em especial a ampliação da assistência especializada, a disponibilidade de medicamentos, o atendimento às pessoas com necessidades específicas, o transporte de pacientes de áreas mais distantes, a continuidade dos serviços oferecidos pelo município. O Vereador Wesley Marques de Oliveira ressaltou que a fiscalização do Poder Legislativo deve avaliar não apenas os números apresentados pela Secretaria, mas também a

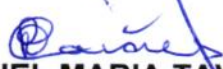
efetividade dos serviços na vida cotidiana dos usuários do SUS. Em seguida, o Vereador Antônio de Figueiredo Barbosa Júnior (Júnior do Tó) realizou questionamentos sobre a execução das políticas públicas e a aplicação dos recursos destinados à saúde. Ele reforçou a necessidade de garantir transparência na utilização do orçamento, acompanhar contratos e repasses aos prestadores, avaliar os resultados dos programas municipais, atualizar constantemente os dados apresentados, acompanhar eventuais alterações decorrentes de reapresentações, glosas e correções nos sistemas. O vereador observou que o controle das despesas deve ser acompanhado da avaliação dos resultados, para verificar se os investimentos realmente estão produzindo melhorias no atendimento à população. Citou o seu Projeto de Lei que há 4 (quatro) anos foi vetado e pediu a secretária que revesse o Projeto de Lei e veja qual a intenção, no sentido da utilização das pulseiras para as crianças autistas, e que desse prioridade aos idosos. Finalizando, o Vereador Jorge Alves da Silva participou do debate levantando questões relacionadas às necessidades da comunidade e ao funcionamento dos serviços municipais. Sua manifestação reforçou a importância de assegurar atendimento acessível aos usuários que dependem: das unidades básicas de saúde, dos serviços especializados, do fornecimento de medicamentos, dos programas de apoio farmacêutico, do transporte para consultas e tratamentos. O Vereador Jorge Alves da Silva também destacou a necessidade de acompanhar a execução das ações ao longo de todo o ano, permitindo que os problemas identificados sejam corrigidos antes da próxima prestação de contas. Ao final das exposições, a Secretária Waninna Mendonça agradeceu a participação dos vereadores, dos servidores, dos técnicos, do Conselho Municipal de Saúde e da população. Ela afirmou que a prestação de contas deve ser vista como instrumento de transparência, planejamento e acompanhamento das políticas públicas. Também reconheceu que ainda existem desafios importantes; entre eles, o atendimento às pessoas autistas, a contratação e disponibilidade de profissionais especializados, a regularidade no fornecimento de medicamentos, o fortalecimento da assistência farmacêutica, o transporte dos moradores da zona rural, a ampliação dos serviços especializados. Finalizando a audiência pública, o Presidente Manoel Messias Lima agradeceu a presença da Secretária Waninna Mendonça, dos servidores, dos técnicos, do Presidente do Conselho Municipal de Saúde, dos vereadores e da população. Ele destacou que a audiência pública representa um importante mecanismo de transparência e controle social. Também afirmou que o Poder Legislativo deve continuar fiscalizando a aplicação dos recursos públicos e cobrando melhorias nos serviços de saúde. Ao final, foi anunciada pelo Presidente a previsão de nova audiência pública para apresentação da prestação de contas do segundo

Barbosa

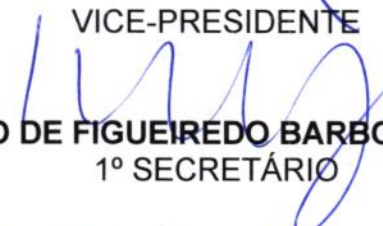
quadrimestre de 2026, referente aos meses de maio a agosto, marcada para 21 de outubro de 2026.



MANOEL MESSIAS LIMA
PRESIDENTE



RAQUEL MARIA TAVARES
VICE-PRESIDENTE



ANTONIO DE FIGUEIREDO BARBOSA JÚNIOR
1º SECRETÁRIO



ANDRESA SANTOS LIMA MENDES
2ª SECRETÁRIA